

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA**  
PREGÃO Nº ...../2022 SRP  
(Processo Administrativo n.º 23421.001807.2022-28)

**1. OBJETO**

- 1.1. Contratação de Empresa especializada em manutenção preventiva/corretiva de grupo moto geradores de energia elétrica com fornecimento de peças/insumos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATSER/ CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo Aceitável
1	1	Manutenção preventiva mensal para GMG diesel elétrico Cummins/WEG 260 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Reitoria	19810	Serviço	10	320,99
	2	Manutenção preventiva semestral para GMG diesel elétrico Cummins/WEG 260 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Reitoria	19810	Serviço	2	944,19
	3	Reserva para manutenções corretivas eventuais, condicionadas à autorização prévia do fiscal do contrato, para GMG diesel elétrico Cummins/WEG 260 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Reitoria	19810	Serviço	1	1.519,87
	4	Reserva para realização de eventuais fornecimentos de insumos/peças, condicionadas à autorização prévia do fiscal do contrato, para serviços de manutenção preventiva/corretiva em GMG diesel elétrico Cummins/WEG 260 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Reitoria	4043	Unidade	1	6.079,48

2	5	Manutenção preventiva mensal para GMG diesel elétrico Cummins/WEG, 260 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Natal Central (SE-IFRN CNAT I)	19810	Serviço	10	320,99
	6	Manutenção preventiva semestral para GMG diesel elétrico Cummins/WEG 260 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Natal Central (SE-IFRN CNAT I)	19810	Serviço	2	944,19
	7	Reserva para realização de manutenções corretivas eventuais, condicionadas à autorização prévia do fiscal do contrato, para GMG diesel elétrico Cummins/WEG 260 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Natal Central (SE-IFRN CNAT I)	19810	Serviço	1	1.519,87
	8	Reserva para realização de eventuais fornecimentos de insumos/peças, condicionadas à autorização prévia do fiscal do contrato, para serviços de manutenção preventiva/corretiva em GMG diesel elétrico Cummins/WEG 260 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Natal Central (SE-IFRN CNAT I)	4043	Unidade	1	6.079,48
	9	Manutenção preventiva mensal para GMG diesel elétrico Cummins/WEG, cabinado, 260 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Natal Central (Data Center)	19810	Serviço	10	320,99
	10	Manutenção preventiva semestral para GMG diesel elétrico Cummins/WEG 260 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Natal Central (Data Center).	19810	Serviço	2	944,19
	11	Reserva para realização de manutenções corretivas eventuais, condicionadas à autorização prévia do fiscal do contrato, para GMG diesel elétrico Cummins/WEG 260	19810	Serviço	1	1.519,87

		kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Natal Central (Data Center)				
	12	Reserva para realização de eventuais fornecimentos de insumos/peças, condicionadas à autorização prévia do fiscal do contrato, para serviços de manutenção preventiva/corretiva em GMG diesel elétrico Cummins/WEG 260 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Natal Central (Data Center)	4043	Unidade	1	6.079,48
3	13	Manutenção preventiva mensal para GMG diesel elétrico Cummins/WEG 260 kVA, de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Campus Apodi.	19810	Serviço	10	847,09
	14	Manutenção preventiva semestral para GMG diesel elétrico Cummins/WEG 260 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Campus Apodi.	19810	Serviço	2	1.470,29
	15	Reserva para realização de manutenções corretivas eventuais, condicionadas à autorização prévia do fiscal do contrato, para GMG diesel elétrico Cummins/WEG 260 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Campus Apodi.	19810	Serviço	1	1.519,87
	16	Reserva para realização de eventuais fornecimentos de insumos/peças, condicionadas à autorização prévia do fiscal do contrato, para serviços de manutenção preventiva/corretiva em GMG diesel elétrico Cummins/WEG 260 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Campus Apodi.	4043	Unidade	1	6.079,48
	17	Manutenção preventiva mensal para GMG diesel elétrico MWM/WEG 260 kVA cabinado, de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Campus Apodi.	19810	Serviço	10	157,32

18	Manutenção preventiva semestral para GMG diesel elétrico MWM/WEG 260 kVA cabinado, de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Campus Apodi.	19810	Serviço	2	235,98
19	Reserva para realização de manutenções corretivas eventuais, condicionadas à autorização prévia do fiscal do contrato, para GMG diesel elétrico MWM/WEG 260 kVA cabinado, de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Campus Apodi.	19810	Serviço	1	1.254,46
20	Reserva para realização de eventuais fornecimentos de insumos/peças , condicionadas à autorização prévia do fiscal do contrato, para serviços de manutenção preventiva/corretiva em GMG diesel elétrico MWM/WEG 260 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Campus Apodi.	4043	Unidade	1	5.017,86
21	Manutenção preventiva mensal para GMG diesel elétrico JOHN DEERE/HEIMER 80 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Campus Apodi.	19810	Serviço	10	157,32
22	Manutenção preventiva semestral para GMG diesel elétrico JOHN DEERE/HEIMER 80 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Campus Apodi.	19810	Serviço	2	235,98
23	Reserva para manutenções corretivas eventuais, condicionadas à autorização prévia do fiscal do contrato, para GMG diesel elétrico JOHN DEERE/HEIMER 80 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Campus Apodi.	19810	Serviço	1	1.254,46
24	Reserva para realização de eventuais fornecimentos de insumos/peças , condicionadas à autorização prévia do fiscal do contrato, para serviços de manutenção preventiva/corretiva em GMG diesel elétrico JOHN	4043	Unidade	1	5.017,86

		DEERE/HEIMER 80 kVA cabinado, de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Campus Apodi.				
--	--	--	--	--	--	--

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

<b><u>Órgão gerenciador</u></b>			
<b><i>IFRN Reitoria</i></b>			
<b><i>ITEM</i></b>	<b><i>DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO</i></b>	<b><i>Unidade de Medida</i></b>	<b><i>Quantidade</i></b>
<b><i>1</i></b>	Manutenção preventiva mensal para GMG diesel elétrico Cummins/WEG 260 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Reitoria	<b><i>Serviço</i></b>	<b><i>10</i></b>
<b><i>2</i></b>	Manutenção preventiva semestral para GMG diesel elétrico Cummins/WEG 260 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Reitoria	<b><i>Serviço</i></b>	<b><i>2</i></b>
<b><i>3</i></b>	Reserva para manutenções corretivas eventuais, condicionadas à autorização prévia do fiscal do contrato, para GMG diesel elétrico Cummins/WEG 260 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Reitoria	<b><i>Serviço</i></b>	<b><i>1</i></b>
<b><i>4</i></b>	Reserva para realização de eventuais fornecimentos de insumos/peças, condicionadas à autorização prévia do fiscal do contrato, para serviços de manutenção preventiva/corretiva em GMG diesel elétrico Cummins/WEG 260 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Reitoria	<b><i>Unidade</i></b>	<b><i>1</i></b>

<b><u>Órgão participante</u></b>			
<b><i>IFRN Campus Natal Central</i></b>			
<b><i>ITEM</i></b>	<b><i>DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO</i></b>	<b><i>Unidade de Medida</i></b>	<b><i>Quantidade</i></b>
<b><i>5</i></b>	Manutenção preventiva mensal para GMG diesel elétrico Cummins/WEG, 260 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Natal Central (SE-IFRN CNAT I)	<b><i>Serviço</i></b>	<b><i>10</i></b>
<b><i>6</i></b>	Manutenção preventiva semestral para GMG diesel elétrico Cummins/WEG 260 kVA de emergência, com chave de	<b><i>Serviço</i></b>	<b><i>2</i></b>

	transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Natal Central (SE-IFRN CNAT I)		
7	Reserva para realização de manutenções corretivas eventuais, condicionadas à autorização prévia do fiscal do contrato, para GMG diesel elétrico Cummins/WEG 260 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Natal Central (SE-IFRN CNAT I)	Serviço	1
8	Reserva para realização de eventuais fornecimentos de insumos/peças, condicionadas à autorização prévia do fiscal do contrato, para serviços de manutenção preventiva/corretiva em GMG diesel elétrico Cummins/WEG 260 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Natal Central (SE-IFRN CNAT I)	Unidade	1
9	Manutenção preventiva mensal para GMG diesel elétrico Cummins/WEG, cabinado, 260 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Natal Central (Data Center)	Serviço	10
10	Manutenção preventiva semestral para GMG diesel elétrico Cummins/WEG 260 kVA, cabinado de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Natal Central (Data Center).	Serviço	2
11	Reserva para realização de manutenções corretivas eventuais, condicionadas à autorização prévia do fiscal do contrato, para GMG diesel elétrico Cummins/WEG 260 kVA, cabinado, de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Natal Central (Data Center)	Serviço	1
12	Reserva para realização de eventuais fornecimentos de insumos/peças, condicionadas à autorização prévia do fiscal do contrato, para serviços de manutenção preventiva/corretiva em GMG diesel elétrico Cummins/WEG 260 kVA, cabinado, de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Natal Central (Data Center)	Unidade	1

<b><u>Órgão participante</u></b>			
<b><i>IFRN Campus Apodi</i></b>			
<b><i>ITEM</i></b>	<b><i>DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO</i></b>	<b><i>Unidade de Medida</i></b>	<b><i>Quantidade</i></b>
13	Manutenção preventiva mensal para GMG diesel elétrico Cummins/WEG 260 kVA, de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Campus Apodi (SE-IFRN AP I).	Serviço	10

14	Manutenção preventiva semestral para GMG diesel elétrico Cummins/WEG 260 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Campus Apodi (SE-IFRN AP I).	Serviço	2
15	Reserva para realização de manutenções corretivas eventuais, condicionadas à autorização prévia do fiscal do contrato, para GMG diesel elétrico Cummins/WEG 260 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Campus Apodi (SE-IFRN AP I).	Serviço	1
16	Reserva para realização de eventuais fornecimentos de insumos/peças, condicionadas à autorização prévia do fiscal do contrato, para serviços de manutenção preventiva/corretiva em GMG diesel elétrico Cummins/WEG 260 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Campus Apodi (SE-IFRN AP I).	Unidade	1
17	Manutenção preventiva mensal para GMG diesel elétrico MWM/WEG 260 kVA cabinado, de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Campus Apodi (SE-IFRN AP V).	Serviço	10
18	Manutenção preventiva semestral para GMG diesel elétrico MWM/WEG 260 kVA cabinado, de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Campus Apodi (SE-IFRN AP V).	Serviço	2
19	Reserva para realização de manutenções corretivas eventuais, condicionadas à autorização prévia do fiscal do contrato, para GMG diesel elétrico MWM/WEG 260 kVA cabinado, de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Campus Apodi (SE-IFRN AP V).	Serviço	1
20	Reserva para realização de eventuais fornecimentos de insumos/peças, condicionadas à autorização prévia do fiscal do contrato, para serviços de manutenção preventiva/corretiva em GMG diesel elétrico MWM/WEG 260 kVA cabinado, de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Campus Apodi (SE-IFRN AP V).	Unidade	1
21	Manutenção preventiva mensal para GMG diesel elétrico JOHN DEERE/HEIMER 80 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Campus Apodi (SE-IFRN AP III).	Serviço	10
22	Manutenção preventiva semestral para GMG diesel elétrico JOHN DEERE/HEIMER 80 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Campus Apodi (SE-IFRN AP III).	Serviço	2
23	Reserva para realização de manutenções corretivas eventuais,	Serviço	1

	condicionadas à autorização prévia do fiscal do contrato, para GMG diesel elétrico JOHN DEERE/HEIMER 80 kVA de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Campus Apodi (SE-IFRN AP III).		
24	Reserva para realização de eventuais fornecimentos de insumos/peças, condicionadas à autorização prévia do fiscal do contrato, para serviços de manutenção preventiva/corretiva em GMG diesel elétrico JOHN DEERE/HEIMER 80 kVA cabinado, de emergência, com chave de transferência automática (QTA), excluindo insumos e peças, do IFRN Campus Apodi (SE-IFRN AP III).	Unidade	1

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a *Empreitada por Preço Unitário*.
- 1.5. A adjudicação ocorrerá por grupos de itens, divididos em lotes numerados de 1 a 3, onde cada lote corresponde a uma unidade administrativa, visando a manutenção da viabilidade técnica e econômica para cada um dos órgãos participantes.
- 1.6. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.
- 1.7. O prazo de execução é de 12 (doze) meses.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, *sem dedicação exclusiva de mão de obra*, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.



## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 5.1.1. A empresa prestadora de serviço deverá possuir registro no CREA-RN.
- 5.1.2. A prestadora de serviço deverá possuir responsável técnico com registro no CREA-RN, e esse profissional deverá ser da área elétrica ou mecânica.
- 5.1.3. O responsável técnico deverá comprovar obrigatoriamente o vínculo empregatício com a empresa prestadora de serviço.
- 5.1.4. O quadro técnico da empresa deverá estar registrado no CREA-RN, sendo composta por profissionais habilitados nas áreas elétrica e mecânica.
- 5.1.5. Na Certidão de Acervo Técnico da empresa deverão estar listados serviços prestados em manutenção elétrica de GMGs, com controle eletrônico de transferência automática de carga, com capacidade mínima de 40 kVA.
- 5.1.6. A prestadora de serviço deverá possuir escritório, oficina, ferramentas, instrumentos e equipamentos e veículos necessários para o atendimento e execução dos serviços de manutenção em grupo geradores de energia elétrica.
- 5.1.7. Os técnicos da prestadora de serviço deverão comparecer no local de atendimento sempre trajando uniforme com identificação da empresa, e portando as ferramentas, instrumentos, equipamentos de proteção individual (vestuários resistentes ao fogo, capacete, protetor auricular, óculos de proteção, luvas e botas) e equipamentos de proteção coletiva adequados à atividade que será executada.
- 5.1.8. A prestadora de serviço deverá ter capacidade para atender a programação das manutenções preventivas mensais, os chamados para reparos corretivos dentro do prazo de 24 horas, e os chamados corretivos de urgência dentro do prazo de 6 horas, nas unidades do IFRN onde possuir contrato.
- 5.1.9. A prestadora de serviço deverá ser capaz fazer pesquisa de mercado, para obtenção de no mínimo 3 orçamentos para posterior autorização do fiscal do contrato, quando houver necessidade do fornecimento de insumos e peças de reposição para os geradores.
- 5.1.10. Os insumos e peças fornecidos pela prestadora de serviço deverão estar de acordo com as especificações dos fabricantes dos respectivos geradores. As peças de reposição deverão ser originais, conforme definição da ABNT NBR 15296/2005.
- 5.1.11. A prestadora de serviço deverá manter registro dos chamados e emitir relatório para cada um dos serviços executados durante a vigência do contrato.
- 5.1.12. A interrupção dos serviços de manutenção preventiva em GMGs comprometem confiabilidade na continuidade das atividades da Administração em caso de problemas técnicos no fornecimento convencional de energia elétrica, portanto são serviços de caráter continuado.
- 5.1.13. A prestadora de serviço será responsável pela destinação e descarte adequado dos efluentes e resíduos sólidos (óleo diesel, óleo lubrificante, graxas, fluido refrigerante, peças inutilizadas, plástico, papel, panos sujos, estopas usadas, baterias) gerados pela atividade.
- 5.1.14. O contrato terá duração inicial de 12 meses.
- 5.1.15. Entre as possíveis soluções de mercado, observam-se as seguintes:

4 ENGENHARIA
A B COSTA ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BENS
ALPHATRONIC
ELENET

ELETRO UNIVERSAL
ELETROGTECH GERADORES
GERAFORTE GRUPO GERADORES
GESM GERADORES
GRHIM GERADORES
JODIESEL
MULTIDIESEL GRUPO GERADORES
NESUL GRUPO GERADORES
SERVILUX GRUPO GERADORES
TRANSNOR
TRIUNFO GERADORES
LUMEN ENERGIA E AUTOMAÇÃO

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5.3. *A quantidade estimada de deslocamentos é de..... Há a necessidade de hospedagem, estimada em....* **SUPRESSÃO**

## 6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

6.1.1. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

6.1.2. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

6.1.3. Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

6.1.4. Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que atenda aos seguintes requisitos:

6.1.4.1. que esteja previamente registrado na ANP.

- 6.1.4.2. de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade.
- 6.1.4.3. que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto,
- 6.1.4.4. classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP.
- 6.1.4.5. que não se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.
- 6.2. Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:
- 6.2.1. lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;
- 6.2.2. queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;
- 6.2.3. lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.
- 6.2.4. A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.
- 6.2.5. Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.
- 6.2.6. As pilhas e baterias a serem utilizadas na execução dos serviços deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.”
- 6.3. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:
- 6.3.1. Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos.
- 6.3.2. Lançamento **in natura** a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração.
- 6.3.3. Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade.
- 6.3.4. Outras formas vedadas pelo poder público.
- 6.4. Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 7.404, de 2010, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA.

6.5. O veículo a ser utilizado na execução dos serviços deverá possuir a Etiqueta da categoria A (mais eficiente) do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) ou comprovada eficiência energética equivalente.

## 7. **VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.**

- 7.1. *Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones:*

<b>Local</b>	<b>Setor/Contato</b>	<b>Telefone</b>
<i>IFRN Reitoria</i>	<i>DIENG/Franclin/Márcio</i>	<i>84 4005-0796</i>
<i>IFRN Campus Natal Central</i>	<i>COENG/Gleydson</i>	<i>84 4005-9813</i>
<i>IFRN Campus Apodi</i>	<i>COSGEM/Rozendilson/Catrina</i>	<i>84 4005-6413</i>

- 7.2. *O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.*

*7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.*

- 7.3. *Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.*
- 7.4. *A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.*
- 7.5. *A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.*

## 8. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 8.1. *A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:*

8.1.1. A execução do contrato deverá ser obrigatoriamente iniciada em no máximo 15 (quinze) dias úteis contados da assinatura do contrato com a primeira manutenção preventiva **semestral**.

8.1.2. Até o início da execução, a empresa contratada deverá apresentar o responsável técnico pela Empresa, o preposto e a ART de execução relativa ao objeto do contrato, para o contratante e o fiscal do contrato

8.1.3. A empresa contratada deverá executar as manutenções preventivas mensais e anuais obedecendo a rotina de manutenções a seguir:

### **8.1.3.1. Manutenção preventiva mensal**

**8.1.3.1.1.** Analisar os registros das inspeções diárias realizadas pelo operador

### **Lubrificação:**

8.1.3.1.2. Verificar o nível de óleo lubrificante do motor

8.1.3.1.3. Verificar os filtros

- 8.1.3.1.4. Verificar o nível de óleo lubrificante do regulador de velocidade da bomba injetora
- 8.1.3.1.5. Verificar a pressão do óleo lubrificante com o motor diesel funcionando

#### **Sistema de Combustível:**

- 8.1.3.1.6. Verificar o nível de combustível no tanque
- 8.1.3.1.7. Verificar o filtro de combustível
- 8.1.3.1.8. Limpar respingos
- 8.1.3.1.9. Verificar o nível de óleo combustível
- 8.1.3.1.10. Drenar a água condensada no (s) tanque(s) de combustível
- 8.1.3.1.11. Verificar o solenoide de parada se está em funcionamento normalmente

#### **Sistema de Ar:**

- 8.1.3.1.12. Limpeza do elemento filtrante do filtro de ar
- 8.1.3.1.13. Verificar tubulações e conexões
- 8.1.3.1.14. Verificar restrições no fluxo de ar

#### **Sistema de Refrigeração:**

- 8.1.3.1.15. Verificar fluxo de ar do gerador
- 8.1.3.1.16. Verificar a limpeza do radiador e limpá-lo se for necessário
- 8.1.3.1.17. Verificar mangueiras e conexões
- 8.1.3.1.18. Verificar tensão das correias
- 8.1.3.1.19. Verificar e completar o nível da água do radiador

#### **Sistema Elétrico:**

- 8.1.3.1.20. Verificar a(s) bateria(s), o líquido eletrolítico e a condição de carga
- 8.1.3.1.21. Verificar e reapertar, se necessário, todos os parafusos do sistema de controle e potência
- 8.1.3.1.22. Verificar ruídos anormais no QTA e grupo gerador
- 8.1.3.1.23. Verificar isolamento dos cabos do QTA
- 8.1.3.1.24. Verificar a fixação dos componentes do QTA e grupo gerador
- 8.1.3.1.25. Limpar os painéis com pano seco

#### **Gerador:**

- 8.1.3.1.26. Verificar e eliminar impurezas, poeira e obstruções nas telas de proteção
- 8.1.3.1.27. Verificar isolamento dos cabos de potência e controle

#### **Outras Providências:**

- 8.1.3.1.28. Verificar infiltrações e ou vazamentos nas proximidades do grupo motor gerador
- 8.1.3.1.29. Verificar e retirar elementos desnecessários e estranhos a sala do grupo gerador
- 8.1.3.1.30. Verificar a limpeza da sala do grupo gerador (comunicar ao fiscal, orientar e acompanhar o serviço de limpeza do abrigo)

### **8.1.3.2. Manutenção preventiva semestral**

- 8.1.3.2.1. Analisar os registros das inspeções diárias realizadas pelo operador**

#### **Lubrificação:**

- 8.1.3.2.2. Verificar o nível de óleo lubrificante do motor
- 8.1.3.2.3. Substituir todo o óleo lubrificante
- 8.1.3.2.4. Substituir o filtro de óleo lubrificante
- 8.1.3.2.5. Verificar o nível de óleo lubrificante do regulador de velocidade da bomba injetora
- 8.1.3.2.6. Verificar a pressão do óleo lubrificante com o motor diesel funcionando

#### **Sistema de Combustível:**

- 8.1.3.2.7. Limpar e calibrar a bomba injetora de combustível
- 8.1.3.2.8. Regular válvulas e injetores
- 8.1.3.2.9. Verificar o nível de combustível no tanque
- 8.1.3.2.10. Drenar a água condensada no (s) tanque(s) de combustível
- 8.1.3.2.11. Analisar o combustível e substituir se necessário

- 8.1.3.2.12. Verificar vazamentos
- 8.1.3.2.13. Reapertar todas as conexões do sistema de combustível
- 8.1.3.2.14. Trocar o filtro de combustível
- 8.1.3.2.15. Limpar respingos
- 8.1.3.2.16. Verificar o solenoide de parada se está em funcionamento normalmente

#### **Sistema de ar:**

- 8.1.3.2.17. Limpar o turbo compressor
- 8.1.3.2.18. Substituir elemento filtrante
- 8.1.3.2.19. Verificar e reapertar tubulações e conexões e coletor de admissão
- 8.1.3.2.20. Verificar restrições no fluxo de ar

#### **Sistema de refrigeração:**

- 8.1.3.2.21. Verificar o ventilador do radiador e bomba d'água
- 8.1.3.2.22. Verificar possíveis avarias no radiador
- 8.1.3.2.23. Limpeza geral do ventilador
- 8.1.3.2.24. Verificar e substituir todo o fluido de refrigeração
- 8.1.3.2.25. Substituir o filtro do fluido de refrigeração
- 8.1.3.2.26. Verificar sentido e fluxo de ar do gerador
- 8.1.3.2.27. Verificar a limpeza do radiador e limpá-lo se for necessário
- 8.1.3.2.28. Verificar e reapertar mangueiras e conexões
- 8.1.3.2.29. Verificar e corrigir tensão das correias

#### **Sistema elétrico:**

- 8.1.3.2.30. Verificar a(s) bateria(s), o líquido eletrolítico e a condição de carga
- 8.1.3.2.31. Verificar e reapertar, se necessário, todos os parafusos do sistema de controle e potência
- 8.1.3.2.32. Verificar ruídos anormais no QTA e grupo gerador
- 8.1.3.2.33. Verificar isolamento dos cabos do QTA
- 8.1.3.2.34. Verificar a fixação dos componentes do QTA e grupo gerador
- 8.1.3.2.35. Limpar os painéis com pano seco

#### **Sistema de escape:**

- 8.1.3.2.36. Verificar se há condensação de água na linha de escape
- 8.1.3.2.37. Verificar estado de conservação dos tubos e silenciadores de escape
- 8.1.3.2.38. Verificar visualmente a cor da fumaça de escape
- 8.1.3.2.39. Verificar fixação da tubulação
- 8.1.3.2.40. Regular e reapertar porcas do coletor de escape e turbo compressor

#### **Gerador:**

- 8.1.3.2.41. Verificar e eliminar impurezas, poeira e obstruções nas telas de proteção
- 8.1.3.2.42. Limpar internamente o gerador
- 8.1.3.2.43. Verificar e reapertar os parafusos de fixação do grupo gerador
- 8.1.3.2.44. Medir e registrar a resistência de isolamento
- 8.1.3.2.45. Engraxar os mais (quando aplicável)

#### **Outras providências:**

- 8.1.3.2.46. Revisar todas as conexões e fixações do grupo gerador
- 8.1.3.2.47. Verificar infiltrações e ou vazamentos nas proximidades do grupo motor gerador
- 8.1.3.2.48. Verificar e retirar elementos desnecessários e estranhos a sala do grupo gerador
- 8.1.3.2.49. Verificar a limpeza da sala do grupo gerador (comunicar ao fiscal, orientar e acompanhar o serviço de limpeza do abrigo)

8.1.4. As manutenções corretivas ocorrerão mediante chamado formalizado pelo fiscal do contrato, via e-mail e telefone, ou mediante recomendação técnica da contratada, por escrito, e autorização do fiscal.

8.1.4.1. Os chamados corretivos deverão ser atendidos em no máximo 24 horas.

8.1.4.2. Os chamados corretivos de emergência deverão ser atendidos em no máximo 6 horas.

8.1.4.3. Serão considerados chamados de emergência aqueles no qual a quebra/falha do GMG, e/ou do seu sistema de operação, controle e proteção, impedem a energização normal das instalações da unidade consumidora mesmo com a rede da Concessionária de energia presente sem qualquer anomalia.

8.2. A execução dos serviços será iniciada em no máximo 15 dias após a assinatura do contrato e emissão da ordem de serviço, cujas etapas observarão o seguinte cronograma:

Mês	Serviço
1-Início	Manutenção preventiva semestral
2	Manutenção preventiva mensal
3	Manutenção preventiva mensal
4	Manutenção preventiva mensal
5	Manutenção preventiva mensal
6	Manutenção preventiva mensal
7	Manutenção preventiva semestral
8	Manutenção preventiva mensal
9	Manutenção preventiva mensal
10	Manutenção preventiva mensal
11	Manutenção preventiva mensal
12-Fim	Manutenção preventiva mensal

8.2.1. Os serviços deverão ser executados preferencialmente das 8:00 às 12:00 ou das 13:00 às 17:00, em dias úteis, nos seguintes endereços:

Local	Endereço
IFRN Reitoria	Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692. Tirol, Natal/RN.
IFRN Campus Natal Central	Av. Salgado Filho, 1559. Tirol, Natal/RN
IFRN Campus Apodi	Rodovia RN-233, km 2, n. 999. Chapada do Apodi, Apodi/RN

## 9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

9.1.1.....

9.1.2.....

9.1.3..... SUPRESSÃO

## **10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

### **10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:**

- 10.1.1. As capacidades, composições dos GMGs, regime de operação, quantitativos e localização estão descritos na tabela do item 1.1.
- 10.1.2. O endereço das unidades do IFRN onde os serviços serão realizados estão listados no item 8.2.1.
- 10.1.3. A rotina das manutenções preventivas e modelo de execução do objeto estão especificados no item 8.
- 10.1.4. Os requisitos legais e estrutura técnica necessárias para o licitante cumprir o objeto estão dessa licitação estão expostos no item 5.
- 10.1.5. As obrigações da Contratada e Contratante constam nos itens 12 e 13.
- 10.1.6. Todos os GMGs do IFRN operam somente em regime de emergência (stand by), com chave de transferência automática e sem paralelismo com a rede de distribuição pública.
- 10.1.7. O óleo lubrificante utilizado nas manutenções deverá atender a classificação SAE de viscosidade 15W40.
- 10.1.8. Os insumos e peças fornecidos pela prestadora de serviço deverão estar de acordo com as especificações dos fabricantes dos respectivos geradores. As peças de reposição deverão ser originais, conforme definição da ABNT NBR 15296/2005.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
  - 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
  - 11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;



- 11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. *Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:*
- 11.10.1. *"as built", elaborado pelo responsável por sua execução;*
  - 11.10.2. *comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;*
  - 11.10.3. *laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;*
  - 11.10.4. *carta "habite-se", emitida pela prefeitura;*
  - 11.10.5. *certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;*
- 11.11. *Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;*
- 11.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.13. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.3.1. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) *certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Distrital **OU** Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado*; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.7.1. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação de trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 12.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais

como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 12.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
  - 12.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
  - 12.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.24. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços. SUPRESSÃO*
- 12.25. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- 12.26. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 12.27. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 12.28. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 12.29. *Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;*
- 12.30. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 12.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- 12.32. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.33. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 12.34. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 12.35. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
  - 12.35.1. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

- 12.36. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 12.37. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 12.38. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 12.39. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 12.40. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 12.40.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 12.40.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;
- 12.40.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.
- 12.40.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 12.41. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 12.41.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- 12.41.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- 12.41.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
- 12.41.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 12.41.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 12.41.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 12.41.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- 12.41.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 12.42. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 12.42.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- 12.42.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- 12.42.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;
- 12.43. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 12.44. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;

12.45. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.);

12.46. *Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela contratada, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos: SUPRESSÃO*

12.46.1. *A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos: SUPRESSÃO*

12.47. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

12.48. *Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados. SUPRESSÃO*

### 13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.*

**Ou**

13.1. *É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de .....%(..... por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:*

13.1.1. *É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação*

13.1.2. *...*

13.1.3. *...*

13.2. *A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.*

13.3. *Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.*

13.4. *A licitante vencedora deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015, no percentuais mínimo de ..... e máximo de ..... , atendidas as disposições dos subitens acima, bem como as seguintes regras:*



13.4.1. as microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

13.4.2. no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, será apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

13.4.3. a empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

13.4.4. a empresa contratada será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação;

13.4.5. a exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

13.4.5.1. microempresa ou empresa de pequeno porte;

13.4.5.2. consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no art. 33 da Lei nº 8.666, de 1993; e

13.4.5.3. consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

13.4.6. Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

13.4.7. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

13.4.8. São vedadas:

13.4.8.1. a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas:

13.4.8.1.1. ....

13.4.8.1.2. ....

13.4.8.1.3. ....

13.4.8.2. a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação; e

13.4.8.3. a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante. **SUPRESSÃO**

## 14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste termo de referência.
- 15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

**15.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:**

**15.13.1. ....**

**15.13.2. ....**

**15.13.3. (etc.) SUPRESSÃO**

- 15.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 15.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade



inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará *o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Anexo II*, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.1. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

16.2. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*

16.2.1. *Cumprimento dos prazos de atendimentos estabelecidos, sendo de 24 horas para chamados normais e 6 horas para chamados assinalados pela fiscalização como urgências, sendo as urgências caracterizadas por situações que possam trazer dano iminente às pessoas ou ao patrimônio do Contratante, ou por ocorrências que obriguem a suspensão do funcionamento pleno das instalações elétricas.*

16.2.2. *Cumprimento do plano de manutenção preventivo programado, composto de rotinas mensais e semestrais.*

16.2.3. *Qualidade dos serviços, caracterizada pelo cumprimento fiel das rotinas administrativas e técnicas estabelecidas no edital, termo de referência e anexos*

16.2.4. *Frequência de falhas, caracterizada pela recorrência de falhas além com causas distintas em intervalo inferior a 30 dias, ou repetições de falhas ocorridas pelo mesmo motivo com intervalo menor que 90 dias.*

16.2.5. *Equipe de execução dos serviços, uso dos equipamentos de proteção, fardamento, identificação e ferramentas.*

16.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.3.1. não produziu os resultados acordados;

16.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## **17. DO RECEBIMENTO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura em relação a cada etapa de execução prevista no cronograma físico-financeiro deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo da respectiva etapa, nos termos abaixo:

- 17.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 17.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 17.1.3. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 17.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 17.2.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 17.2.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 17.2.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 17.2.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 17.2.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.
- 17.2.2. No prazo de até **15 (quinze) dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 17.2.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 17.2.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 17.2.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 17.3. No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

- 17.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 17.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 17.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, *com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto*.
- 17.4. Nos contratos de escopo, o recebimento da última etapa de execução equivale ao recebimento do objeto como um todo, e será realizado da seguinte forma:
- 17.4.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- 17.4.2. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;
- 17.4.3. O prazo para recebimento definitivo será de **10 (dez)** dias.
- 17.4.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento.
- 17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **18. DO PAGAMENTO**

- 18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

- 18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 18.5.1. o prazo de validade;
  - 18.5.2. a data da emissão;
  - 18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 18.5.4. o período de prestação dos serviços;
  - 18.5.5. o valor a pagar; e
  - 18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 18.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 18.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

## 19. REAJUSTE

19.1.1. *O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais SINAPI (SICRO) do mês abril do ano de 2022.*

19.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e a partir do pedido da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano da referência acima mencionada, aplicando-se o índice **IGP-M** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I<sup>0</sup> = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:*

20.1.1. *Os contratos serão de pequeno valor relativo e os serviços são de baixa complexidade técnica, portanto não é razoável a cobrança de garantia contratual.*

## 21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii) **Multa de:**
  - (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a **15 (quinze)** dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
  - (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
  - (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
  - (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
  - (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
  - (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a

reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02

5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

21.6.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.6.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.



- 21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 14 (quatorze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

- 22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

22.3.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, conforme as áreas de atuação previstas nesse termo de referência, em plena validade);

22.3.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação;

22.3.2.1.1. Manutenção eletromecânica preventiva/corretiva de grupo moto geradores diesel-elétrico, com chave de transferência automático (Rede/Gerador) e controlador digital de partida, operação e parada, com potência mínima de 50 kVA.

22.3.3. Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:

22.3.3.1. Número da ART (anotação da responsabilidade técnica);

22.3.3.2. Identificação do Contratante (pessoa física ou jurídica) sem relação direta com a licitante.

22.3.3.3. *Local do serviço;*

22.3.3.4. *Data de realização do(s) serviço(s).*

22.3.3.5. *Descrição do serviço contratado (especificar potência do(s) gerador(es) eletromecânico(s) atendido(s)).*

22.3.3.6. *Quantitativos executados.*

22.3.3.7. *Assinatura do Contratante e do Contratado.*

22.3.4. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;*

22.3.5. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, CAU ou CRT da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

22.3.5.1. *Para o Engenheiro Mecânico ou Engenheiro eletricista): serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva em grupos motogeradores diesel-elétricos a partir de 40 kVA.*

22.3.6. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagra vencedor desta licitação.

22.3.7. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

22.3.8. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras, serviços de engenharia ou de técnica industrial.

22.3.9. *As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.*

22.3.9.1. *O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.*

22.3.10. Prova de atendimento aos requisitos ....., previstos na lei.....

**SUPRESSÃO**

22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.4.1. Valor Global: R\$ 73.738,69 (setenta e três mil, setecentos e trinta e oito reais e sessenta e nove centavos)

22.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

22.5. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos respectivos. **SUPRESSÃO**

22.6. O critério de julgamento da proposta é o maior desconto.

22.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## 23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

23.1. O valor máximo aceitável para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto, será:

Lote 1: R\$ 12.697,63 (doze mil, seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e três centavos)

Lote 2: R\$ 25.395,26 (vinte e cinco mil, trezentos e noventa e cinco reais e vinte e seis centavos)

Lote 3: R\$ 35.645,80 (trinta e cinco mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos)

LOTE	ITEM	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	FAIXAS DE DESCONTOS SUGERIDOS
1	1	320,98	0 - 30%
	2	944,19	Igual desconto Item 1
	3	1.519,87	Igual desconto Item 4
	4	6.079,48	0 - 10%
2	5	320,98	0 - 30%
	6	944,19	Igual desconto Item 5
	7	1.519,87	Igual desconto Item 8
	8	6.079,48	0 - 10%
	9	320,98	Igual desconto Item 5
	10	944,19	Igual desconto Item 5
	11	1.519,87	Igual desconto Item 8

	12	6.079,48	Igual desconto Item 8
3	13	847,09	0 - 30%
	14	1.470,29	Igual desconto Item 13
	15	1.519,87	Igual desconto item 16
	16	6.079,48	0 - 10%
	17	157,32	Igual desconto Item 13
	18	235,98	Igual desconto Item 13
	19	1.254,46	Igual desconto item 16
	20	5.017,86	Igual desconto item 16
	21	157,32	Igual desconto Item 13
	22	235,98	Igual desconto Item 13
	23	1.254,46	Igual desconto item 16
	24	5.017,86	Igual desconto item 16

## 24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

24.1. *A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.*

Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- Anexo I – Termo de justificativas técnicas relevantes
- Anexo II – Caderno de encargos e Especificações Técnicas;
- Anexo III – Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços;
- Anexo IV – Planilha de Composição de BDI;

- Anexo V – Cronograma físico-financeiro;
- **Anexo VI – Projeto Executivo (se for o caso); SUPRESSÃO**
- Anexo VII – Estudos Preliminares;
- Anexo VIII - Documentos referentes à responsabilidade técnica (ART/RRT referentes à totalidade das peças técnicas produzidas por profissional habilitado, consoante previsão do art. 10 do Decreto n. 7983/2013).

Município de **Natal/RN**, 27 de julho de 2022.

(Assinado eletronicamente)

---

**Franclin Róbias da Silva Júnior**

Engenheiro eletricista do IFRN

CREA 2100318543/RN

Mat. 1822800

# Documento Digitalizado Público

## TR-IFRN RE/CNAT/AP-MANUTENÇÃO GMGs - v.2.01 (retificado)

**Assunto:** TR-IFRN RE/CNAT/AP-MANUTENÇÃO GMGs - v.2.01 (retificado)  
**Assinado por:** Francilin Robias  
**Tipo do Documento:** Termo de Referência  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Público  
**Tipo do Conferência:** Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Francilin Robias da Silva Junior**, **ENGENHEIRO-AREA**, em 02/08/2022 11:57:04.

Este documento foi armazenado no SUAP em 02/08/2022. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 1141294

**Código de Autenticação:** f08ac0c770

